

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Pauta: Trabalho e geração de renda

Participantes poder público: Paula Santos (SMDHC - Egressos), Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos), Sabrina Alexandrino (SMDDET - CT), Dély Dias (SMDDET - CATE), Maria Lúcia Yamashita (SMS - CAB), Marcelo Marchesini (SGM - SEPE), Ana Katarina (SMDHC - CPIR), Nathália Prince (SMDHC - ODH), Alcyr Barbin (SMDHC - ODH), Eduardo Avelino (CNR), Samira Alves (CNR Sé), Juliana Silva (Redenção na Rua), Paulo Ricardo Santos (Redenção na Rua), Felipe Oliveira (CNR Sé I), Marcela Tullii (SGM - SEPE), Gabrielle Dias (SMS - SEABEVs).

Participantes Sociedade Civil: Bruno Karam, Adelaide Lorena, Tempestade.

Participantes Organização Social: Kaio Nunes (Ação pela Paz), Senna Ricarte (Recomeçar), Audrey Baz (Recomeçar), Larissa Bernardo (CROPH - NPJ Sta Cecília), Marina Lage (Casa Flores), Rebecca Groterhorst (Instituto Pró Bono), Manuela Gatto (Instituto Pró Bono), Ivete Belfort (Palavras de Paz), Helen Baum (EMC), Mary Jello (Por Nós e RENFA), Maria Alice Vergueiro (ResponSA), Juliane Arcanjo (ITTC), Karine Vieira (Instituto ResponSA), Aglaê Ruth Leopoldo (Instituto ResponSA).

Às **14:25 do dia 12 do mês de dezembro do ano de 2023**, presencialmente no auditório da SMDHC, na Rua Líbero Badaró, 119, reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos), coordenou a reunião com a Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos).

A sra. Giovanna falou do atraso decorrente de um imprevisto com o auditório e agradeceu a compreensão das pessoas participantes, também explicou a pauta da reunião e apresentou as organizações que trouxeram falas para compor o primeiro bloco da reunião, foram elas: Ação pela Paz, Instituto ResponSA, Casa Flores e Instituto Recomeçar.

Assim, foi apresentado o cronograma da reunião, com a divisão das discussões,

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

ressaltando o atraso inicial de 20 minutos. Em seguida, Giovanna deu início a apresentação dos encaminhamentos da segunda e terceira reuniões. Sobre estes, a reunião entre NESC e ODH, tirada na reunião sobre Denúncias, aconteceu no dia 16 de novembro e, nesse sentido, ambos órgãos se aproximam para um diálogo em relação às denúncias recebidas. Além disso, a reunião com as organizações sociais que atuam nas denúncias está prevista para acontecer em janeiro de 2024. Por fim, informou que a ODH passou a incluir alguns levantamentos de dados para a sistematização de atendimentos ampliados ofertados ao público alvo da política, além das denúncias sobre violações de direitos nas unidades prisionais.

Em relação ao encaminhamento sobre a denúncia de mulheres grávidas sendo submetidas ao scanner nos dias de visitas em unidades prisionais, Giovanna informou que algumas informações foram levantadas junto ao NESC, questionando, inclusive, se havia denúncias relacionadas ao assunto. Será feito um repasse qualificado na próxima reunião. Por último, lembrou que a Secretaria da Administração Penitenciária é sempre convidada para compor o espaço de discussão do GT. Uma das servidoras da SAP havia informado anteriormente que não poderia comparecer à reunião deste mês por estar em período de férias.

Durante os informes, Giovanna falou sobre a nomeação dos servidores de SMADS, Og e Juliana, e que a portaria de nomeação sairá ainda este ano, mesmo sem nomes indicados pela Secretaria de Habitação. Ressaltou a importância da portaria para respaldar os/as servidores/as já indicados/as e que já vem participando das reuniões do GT.

O segundo informe foi em relação às emendas parlamentares, indicando estas como uma das principais frentes de atuação da equipe, explicando sobre a importância do repasse para projetos organizados e executados pela sociedade civil. Apresentou também a nova

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

emenda com o Instituto Resgata Cidadão sobre o espaço memória do carandiru que se inicia no mês de dezembro. Mencionou sobre as emendas anteriores que já eram tocadas pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, mesmo que com a temática de egressos e seus familiares. Uma delas sendo a do Instituto Resposta e a da Amparar. Por fim, lembrou da primeira emenda realizada oficialmente pela equipe de egressos, com a finalidade de realização do 1º Seminário Municipal sobre População Egressa do Sistema Prisional e seus Familiares, com o Instituto Recomeçar.

A assessora também retomou que em janeiro não haverá reunião devido ao período de férias da equipe de egressos, e, assim, a próxima reunião será realizada em fevereiro, na modalidade presencial.

Em seguida, iniciou-se a leitura da sistematização das propostas levantadas a partir da reunião passada. A assessora explicou que a sistematização parte de uma avaliação feita pela equipe de egressos com base nas discussões da reunião e também dos problemas apresentados, mas que elas também podem partir da sociedade civil, em reuniões ou em canais como e-mail e telefone. Ressaltou que a finalidade de se analisar as propostas desta maneira mais aproximada está em consonância com as atribuições do próprio GT.

Sobre as propostas, a sra. **Helen Baum** mencionou a importância da garantia do acesso ao tratamento de dependência de álcool e outras drogas durante o cárcere e também às pessoas egressas do sistema prisional, relatou sobre sua experiência para exemplificar a importância do acesso facilitado aos serviços de saúde que ofertam esse atendimento.

Maria Lúcia (SMS) falou sobre a necessidade de retirar “unidades móveis” da proposta inicial apresentada pela sociedade civil. Paula explicou que foi assim que apareceu como proposta da sociedade civil e que por isso é importante manter a redação a partir do que foi proposto anteriormente, contudo a versão que é aprovada será aquela que consta

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

como “proposta da coordenação”, levando em consideração o apontamento da saúde.

Giovanna seguiu com a proposta relacionada à construção de materiais informativos, disse ainda que nossa equipe já está realizando a construção de uma cartilha para essa finalidade, mas que foi incluída a observação para que o material seja revisado e que as informações sejam sempre atualizadas.

A sra. **Mary Jello** (Por Nós e RENFA) falou sobre a comunicação entre as Unidades Prisionais e o município nos casos de saúde no momento da “saidinha”. Ou seja, para Mary Jello, deve haver uma comunicação entre os órgãos para que as pessoas que estão de saída temporária sejam atendidas pelo município naquele período de tempo em que estará fora da Unidade Prisional e que a SAP, por sua vez, faça a notificação prévia ou a articulação com os equipamentos de saúde da Prefeitura. Mary usou o exemplo de uma mulher em privação de liberdade que, no momento da saidinha, estava com um encaminhamento para atendimento em uma unidade de saúde de gestão municipal, mas que não recebeu orientação alguma e, ao chegar na unidade com o agendamento e protocolo, não conseguiu ser atendida.

Após o registro das falas, todas as propostas foram aprovadas e a equipe ficou com a atribuição de realizar uma nova proposta para contemplar o que foi apresentado por Helen no início da leitura das sistematizações realizadas. O resumo dos problemas apresentados e das propostas segue:

Problema 1: Ausência de envio de relatório das UP's para as unidades de saúde do território após saída da pessoa;

Política: SEDS/SAP/SMS;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Proposta sociedade civil: Não houve;

Proposta da coordenação: 1. Após a saída definitiva de cada indivíduo munícipe de São Paulo, a SAP encaminhará a SMS o relatório de saúde contendo informações essenciais sobre o que foi realizado durante a privação de liberdade e quais as demandas atuais apresentadas pela pessoa para a continuidade do acompanhamento. 2. A SMS, sabendo do histórico de privação de liberdade de pessoas atendidas nas unidades de saúde, caso necessário, poderá solicitar à SAP o envio de relatório com as informações essenciais para o devido acompanhamento da demanda;

Responsabilidade: SAP, Estado, SMS e SMDHC;

Observação: No relatório, ressaltar a importância do cumprimento do protocolo de notificação de SAP para Município nos casos de Tuberculose.

Problema 2: Atendimento das famílias encaminhadas no momento da visita (após scanner) e passarem por um novo processo vexatório ao chegarem às unidades de saúde;

Política: Direitos Humanos/SMS/SES;

Proposta da sociedade civil: Formação, preparo e acolhimento de denúncias e reclamações sobre as situações vexatórias vivenciadas nas unidades de saúde;

Proposta coordenação: 1. Mapeamento das unidades de saúde do município que recebem o encaminhamento de familiares após scanner. 2. Formação das equipes de saúde que recebem pessoas encaminhadas pelas unidades prisionais. 3. Criação de materiais informativos para fixação nas unidades de saúde, campanhas de informação aos familiares sobre os direitos no exame feito pelas unidades;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Responsabilidade: SMDHC, Estado, Outras secretarias municipais.

Problema 3: Ausência de dados sobre os atendimentos realizados à população egressa do sistema prisional e familiares, além das denúncias, e dos serviços por eles/as demandados;

Política: Todas as pastas municipais;

Proposta da sociedade civil: Realizar a coleta e sistematização de dados do atendimento da população egressa do sistema prisional e de familiares nos registros de serviços municipais;

Proposta coordenação: 1. Realizar a coleta e sistematização e interpretação técnica dos dados do atendimento da população egressa do sistema prisional e de familiares nos registros de serviços do município;

Responsabilidade: Município;

Observação: No momento de elaboração do relatório, considerar a importância da análise de dados que considere as especificidades de território, gênero, raça e que possibilite a análise técnica dos dados complementares que podem indicar os fatores de vulnerabilidade e fragilidade decorrentes do cárcere. Que também seja possível mapear a origem do encaminhamento e o acompanhamento contínuo realizado para a pessoa sobrevivente do cárcere.

Problema 4: Ausência de fluxo entre espaços de acolhimento de denúncias para que possam construir uma atuação compartilhada;

Política: Direitos Humanos/DPESP/MP/Ouvidoria SAP

Proposta sociedade civil: Melhorar o fluxo de direcionamento e recebimento de denúncias para aprimorar o monitoramento e providências;

Proposta coordenação: 1. Fortalecer a articulação entre a ODH e demais espaços de coleta e

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

tratamento de denúncias relacionadas às violações de direitos sofridas pelo público alvo da política;

Responsabilidade: Município, SAP e Judiciário.

Problema 5: Ausência de atenção dos serviços territorializados no atendimento qualificado à população sobrevivente e familiares para que as situações não cheguem ao nível de violência;

Política: Todas as pastas municipais;

Proposta sociedade civil: Realizar formações e capacitações aos serviços municipais sobre as especificidades da população egressa do sistema prisional e familiares;

Proposta coordenação: 1. Formações e capacitações aos serviços territorializados sobre as especificidades da população sobrevivente e familiares. 2. Formação com familiares sobre acesso aos direitos relacionados ao processo criminal e às políticas municipais;

Responsabilidade: Município.

Problema 6: Desconhecimento, por parte dos/as cidadãos/ãos sobre os múltiplos espaços de coleta de denúncias e a maneira como trabalham e direcionam os casos;

Política: SAP/Direitos Humanos/DPESP;

Proposta da sociedade civil: Realizar uma cartilha informativa única sobre os espaços de acolhimento de denúncias, ofertas, possibilidades de encaminhamento e autonomia para que a pessoa a registrar tenha possibilidade de identificação do espaço mais adequado para sua demanda;

Proposta coordenação: 1. Realizar uma cartilha informativa única sobre os espaços de acolhimento de denúncias, ofertas, possibilidades de encaminhamento e autonomia para

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

que a pessoa a registrar tenha possibilidade de identificação do espaço mais adequado para sua demanda;

Responsabilidade: Município, SAP e Judiciário.

Em seguida, entrou-se no tema da reunião. Giovanna retomou o contexto das organizações mapeadas para a fala sobre a pauta de geração de trabalho e renda, reforçou a importância do convite para outras organizações comparecerem às reuniões do GT. Também falou da importância da rede e explicou um pouco do roteiro apresentado para que organizações presentes falem sobre as suas atuações e apresentem as demandas que acham que o município pode passar a atender através de ofertas futuras.

O sr. **Kaio Nunes** (Ação Pela Paz) se apresentou enquanto responsável pela área de egressos do sistema prisional. Inicialmente, falou que a OSC funciona como uma organização que investe em projetos para redução da reincidência criminal tanto dentro de unidades prisionais, quanto fora. Além disso, a OSC tem projetos em 11 Estados. Assim, a Ação Pela Paz que não tem um trabalho direto na ponte entre os atendidos e as empresas empregadoras, mas que possuem um trabalho de monitoramento e acompanhamento das ações e espaços que ofertam também atendimento a esse público. Kaio apresentou que suas falas serão mais próximas da realidade do Estado de São Paulo, e que compreende a renda como uma das fundamentais pautas na atual sociedade e que não podemos pensar apenas em uma construção da vaga para o exclusivo cumprimento de cotas sem considerar outros cenários, no mesmo sentido, citou a importância de um acompanhamento ampliado para outros aspectos da vida da pessoa egressa, para além do trabalho.

Kaio também falou da necessidade de amplitude para um acesso efetivo ao que é ofertado. Mencionou o “Movimento Eu Visto o Bem”, que faz trabalhos dentro das unidades

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

prisão, e que durante cerca 4 horas por semana, as mulheres são retiradas do trabalho realizado para participarem de alguma atividade de desenvolvimento e/ou atenção à questão psicossocial. Apresentou a importância de não atender só no sentido de usar a mão de obra, mas que isso deve apresentar outro retorno à pessoa. Trouxe ainda uma menção ao processo de exclusão anterior ao aprisionamento que todas as pessoas sofrem - as empresas querem “os super egressos” cobrando da pessoa sobrevivente que ela seja a melhor funcionária da empresa. Para Kaio, são importantes os espaços de trabalho que consideram um apoio e uma compreensão sobre a realidade da população egressa, e que se responsabilizem pelo apoio complementar que pode ser oferecido à pessoa ao longo da sua permanência na empresa.

O representante da Ação Pela Paz também pontuou que as coisas mais básicas devem ser explicadas e dialogadas com as pessoas contratadas, e que há outras particularidades nas quais se faz necessário explicar o óbvio, inclusive para funcionários das empresas. Mencionou a delicadeza do pré-egresso apenas enquanto um cumprimento de cotas, e fez a proposta que o município crie um processo de monitoramento e avaliação para a manutenção das pessoas nas vagas ofertadas através do programa. Por fim, Kaio apresentou a necessidade de um trabalho transversal e que olhe para o “todo” da vida da pessoa egressa no momento em que ela será inserida em algum projeto de inclusão para o mercado de trabalho.

Giovanna agradeceu a participação de Caio e ressaltou a importância do papel da política pública na transversalidade, retomando a necessidade em realizarmos formações aos demais servidores do município e empresas.

Helen relatou a Kaio sobre quando em uma das “saidinhas”, ela conversou com uma das meninas que elogiou o projeto realizado pelo “Movimento Eu Visto o Bem”, disse

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

também que entende ser uma quantidade reduzida de vagas e questiona como se dá a divisão e disponibilização das vagas. Kaio respondeu que as vagas são espalhadas por outras unidades e que no último ciclo do projeto, ao longo de um ano, foram 22 vagas. Helen questionou se a limitação se dá exclusivamente pelo próprio projeto ou pela unidade e diz que é importante olhar para o exemplo e pensarmos nas possibilidades de ampliação dele, uma vez que as meninas elogiaram e isso é raro dentro da realidade do sistema penitenciário. Kaio agradeceu a devolutiva e disse que as dificuldades de ampliação são diversas, mas que compreendem a importância da ampliação.

Em seguida, Giovanna convidou a representante do Instituto Resposta para fazer sua fala.

A sra. **Maria Alice Vergueiro** (Resposta) se apresentou como estagiária de serviço social no Instituto Resposta desde fevereiro e trouxe as apresentações básicas e formais sobre as ações da OSC. Em sua apresentação, Alice apresentou o Resposta como uma agência de emprego formal com trabalho voltado à pessoas egressas do sistema prisional e com visão de totalidade, ou seja, olhando para todos os aspectos da vida da pessoa que está ingressando ao mercado de trabalho com o projeto. Para exemplificar essa visão de “totalidade”, Alice apontou que há diversos núcleos temáticos de trabalho dentro do Resposta. Citou por cima o de psicologia e saúde, e reforçou o de documentação, este que pretende responder a uma das maiores fragilidades vivenciadas pelas pessoas egressas porque ou a documentação básica não está pronta, ou não elas não os têm, ou elas não são entregues no momento da saída da Unidade Prisional. O outro núcleo apresentado diz sobre cultura e lazer, dimensões que Alice considerou que são importantes para a consolidação do acesso efetivo ao trabalho através da criação de novos laços, novos relacionamentos que vai além do próprio trabalho na empresa.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Além disso, a representante apresentou que uma das ações principais é o mutirão de “pena multa”, uma das maiores demandas apresentadas. Em suma, Alice apresentou a “pena multa” como uma extensão da condenação, uma sentença extra muros, que envolve cálculos complexos com juros compostos em cima de dias de prisão. O mutirão é uma ação originalmente iniciada pelo Instituto Resposta e conta com o apoio de outros profissionais, o evento tem tido êxito ao conseguir realizar alguns encaminhamentos efetivos para o cancelamento da dívida em diversos casos.

Alice mostrou a importância de ultrapassar a “simples” inserção no trabalho, sendo necessário que a empresa se prepare para receber respeitosamente as pessoas egressas e prepare também todos os outros profissionais do espaço. Por fim, mencionou que no Resposta, as empresas parceiras já têm um monitoramento que acontece mensalmente para que as demandas e permanência dos funcionários sejam garantidas. Assim, o instituto realiza capacitações com as pessoas a serem encaminhadas para as empresas parceiras, adicionando que algumas são direcionadas através de demandas que as próprias empresas apresentam, demonstrando que o trabalho da OSC é bem voltado a encaixar uma ponta em outra.

Alice mencionou um caso como exemplo para ressaltar a importância do apoio às famílias também como forma de garantir não só a empregabilidade mas a permanência das pessoas no projeto ou na vaga.

Ao ser questionada sobre o mutirão pena multa, Alice respondeu que a assistência social e o jurídico devem andar juntos, citou a parceria entre o setor jurídico do Resposta com o IDDD. Engatou na recordação da importância dos documentos, ressaltando que RG, CPF e Carteira de Trabalho deveriam ser garantidos, sugerindo que eles poderiam ser articulados já no momento da saída temporária. Também mencionou um programa do CNJ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

que era específico para a questão da documentação no sistema prisional. Helen completou dizendo que alguns programas que são feitos dentro das unidades, não têm continuidade.

Em relação ao título de eleitor, Mary lembrou que ele fica suspenso enquanto a pena de multa está ativa, de forma que a pessoa perde o direito à emissão de uma nova via e, conseqüentemente, do voto. Mary também deu luz à questão da falta de documentação no momento da saída da unidade prisional, citando que algumas pessoas ou não sabem ou têm medo de ir até um Poupatempo. Ela concordou que o indivíduo deve ser olhado em sua totalidade, de maneira completa e abrangente. Por fim, perguntou se ainda existe o mutirão da pena multa e pediu confirmação sobre uma ajuda de custo de 50 reais para que as pessoas possam comparecer ao evento. Alice relatou que não saberia responder mas que a Karine logo estaria presente na reunião para poder dar a resposta completa para o que foi questionado.

Helen relatou que já foi atendida pelo Resposta e que eles mantêm um grupo de WhatsApp com os egressos pelo qual estes recebem atenção complementar para acompanhamento sobre comparecimento no trabalho e no fórum. Disse também que o Instituto apoia na justificativa da ausência no posto de trabalho para assinatura da carteirinha - ponto importante em relação à população egressa.

A sra. Tempestade lembrou que em 2017, nas “saidinhas”, já havia uma pergunta que faziam sobre todos os documentos que as pessoas possuíam e que, nesse momento, era registrado o que faltava. Referiu que passaram ao NESC, como denúncia, o fato das pessoas não terem a documentação em dia e que a articulação deu certo - a dificuldade que tiveram era com relação a carteira de trabalho, mas que os demais documentos eram viabilizados. Citou que as organizações já têm um questionário que aplicam sobre o perfil de cada pessoa e as demandas que apresentam sobre suas necessidades no momento da saída temporária,

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

além disso, segundo Tempestade, o IDDD apoiou na elaboração de documentos para o cancelamento da pena de multa e que o trabalho que eles fazem inclui também um acompanhamento por parte de algum/a/e advogado/a/e para conseguirem o cancelamento da pena.

Em seguida, a representante **Marina Drummond** (Casa Flores) apresentou a Casa Flores como uma organização social que atua na construção de um projeto de vida para mulheres egressas do sistema prisional. Segundo a apresentação, desde 2017 o foco da organização é o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres atendidas, dando um olhar multidisciplinar nas seguintes áreas: Sócio-relacional, educacional, saúde, jurídico-cidadão, trabalho e renda. Marina então apresentou o perfil da maioria das mulheres atendidas: pretas ou pardas, com ensino fundamental incompleto, mães solo, baixa renda mensal, única fonte de sustento do lar e que foram condenadas por crimes não violentos.

Em relação aos dados, até 2022 foram mais de 75 mulheres atendidas, mais de 66 processos jurídicos atendidos, mais de 340 horas de atendimento terapêutico, mais de 92 conexões com oportunidades de renda, mais de 230 horas de workshops e formações e mais de 17 encaminhamentos para cursos com certificação.

Segundo Marina, as demandas que a organização mais recebe é similar ao que foi apresentado pelas demais organizações nas suas falas. Isto é, são demandas de: orientação jurídica e médica, apoio para análise e quitação de dívidas e limpeza de nome no SERASA, planejamento e acompanhamento de projeto de vida, acesso a benefícios, apoio com documentação, psicoterapia e atendimentos terapêuticos (tanto familiar quanto individual), apoio voltado aos filhos e filhas, apoio na confecção de currículos, formações para o mercado de trabalho, apoio para retomada dos estudos, etc.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Ainda durante a apresentação de Marina, a organização identificou as seguintes principais necessidades apresentadas pelas mulheres atendidas: 1. indisponibilidade em trabalhar formalmente e cuidar dos filhos - e assim a organização reflete e busca outras possibilidades como empreendedorismo e freelance/bicos; 2. antecedentes criminais e estigma no trabalho formal - a organização encaminha para solicitação da pena multa; 3. se sentem sozinhas e sobrecarregadas - e então apoiam na construção de rede de afeto e confiança; 4. sofrem muito preconceito - e assim produzem e divulgam conteúdo para sensibilizar a população em geral e fortalecendo as participantes para enfrentar os desafios; 5. não possuem habilidades - a organização então visa apoiar no reconhecimento de habilidade existentes e desenvolver e/ou aprimorar outras.

Desta forma, de maneira geral, disse sobre a importância do atendimento integral como uma das estratégias para a efetivação do processo de acolhimento dessas mulheres. Falou da relevância do incentivo financeiro para que as mulheres sejam capacitadas e sobre a necessidade de investimento nos direitos complementares para que esse acesso facilite a manutenção do trabalho. E, por fim, apresentou as propostas levantadas pela organização para serem sistematizadas e avaliadas na próxima reunião.

A próxima fala ficou sob responsabilidade de dois representantes do Instituto Recomeçar: o sr. **Senna** e **Audrey** (Recomeçar). Senna iniciou falando sobre os pilares de atuação do Instituto, reforçando a importância do município em atender as pessoas com dependência química e em situação de rua. Os pontos principais no atendimento do Recomeçar são: desenvolvimento, atendimento e atenção psicossocial, acompanhamento próximo e atuação com a família. Para ele, o município pode contribuir na aproximação e engajamento com as empresas para que elas compreendam a importância de contratar essas pessoas.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Alguns dados foram apresentados, como: em 2020 foram 584 cadastros, 273 atividades de desenvolvimento, 125 qualificações e geração de renda; em 2021, foram 2436 cadastros, 965 atividades de desenvolvimento, 195 qualificações e 237 encaminhamentos para geração de renda; em 2022, 2479 cadastros, 893 passaram pelas atividades de desenvolvimento, 246 pela qualificação e 128 para alguma atividade de geração de renda; em 2023, foram 3047 cadastros, 1041 atividades de desenvolvimento, 302 qualificações e 255 encaminhamentos para geração de renda. Segundo o Instituto, enquanto o índice nacional de reincidência carcerária é de 42,5%, o índice de reincidência carcerária daquelas pessoas que passaram pelas atividades de desenvolvimento do Instituto é de 1%.

Em seguida, Audrey se apresentou como egresso do sistema prisional que atualmente assume uma das vagas direcionadas ao impulsionamento da população egressa ao mercado de trabalho. Falou um pouco da sua história e da importância que o acesso ao trabalho pode ter.

A sra. **Samira** (Consultório na Rua) falou sobre o caso de uma senhora que é atendida pela equipe do CnR Sé e fez um pedido para que, caso alguma organização tenha a disponibilidade financeira ou algum programa relacionado, que articulem uma passagem para que a munícipe seja levada para o retorno familiar na Bahia. Foi feita uma articulação entre SMDHC, CAEF e SMADS, no entanto, só é possível fornecer passagens de ônibus, transporte que ela não pode utilizar até a Bahia por conta da sua situação de saúde.

A sra. **Rebecca**, do Instituto Pró-Bono, apresentou a atuação deles e de como vem se dando o encaminhamento nos casos de pena multa. Informou que no dia 13/12/2023, será realizada uma formação para cerca de 60 advogados com o intuito de ensiná-los sobre as maneiras e estratégias de trabalhar em casos sobre pena de multa.

Em seguida, a sra. Giovanna anunciou as representantes da Secretaria Municipal de

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDDET. A sra. **Sabrina Alexandrino** (SMDDET - CT) se apresentou e apresentou a sra. **Maria Lúcia** (SMDDET - CT), então iniciou sua fala sobre as ofertas que possuem e dessas quais estão direcionadas exclusivamente para a promoção de trabalho. Mostrou a atuação da SMDDET através de uma perspectiva ampliada e refere que, para a qualificação da conversa, irá focar apenas em parte das ações. Sabrina também falou um pouco sobre o processo de trabalho do CATE, a frente de atuação da Coordenadoria do Trabalho, dentro da SMDDET. De acordo com Sabrina, o CATE que atua como intermediação de mão de obra para as empresas, além de atuar também na qualificação e da relocação das pessoas no mercado de trabalho. Adicionou que o CATE integra o SINE – Sistema Nacional de Emprego –, ou seja, faz parte de um sistema que recebe repasses do governo federal para fomento de vagas de emprego.

O sistema operacional usado é um sistema ligado à uma plataforma nacional de cadastro, ou seja, onde se vê vaga, perfil e aspectos mais gerais. Assim, o município retém dados mais específicos e recortados quando necessário. Além das vagas de emprego, também são oferecidos outros serviços públicos pela CT: inscrição para cursos de qualificação (pelo Portal CATE) palestras, oficinas preparatórias para o mercado de trabalho (Programa Elabora) e orientações sobre a Carteira de Trabalho Digital (Sabrina ressaltou que raros são os casos de pessoas que ainda têm carteira física hoje em dia).

Em relação a estrutura, Sabrina afirmou que são 26 postos de atendimento pela cidade e 4 unidades móveis. São postos de pequenos a grandes portes, grande parte fica em subprefeituras, 12 postos ficam em Unidades do “Descomplica” e duas unidades são independentes.

Existem também os serviços destinados às empresas, que é o de intermediação de mão de obra. A equipe do CATE atua de maneira regionalizada, trabalhando em todas as

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

etapas da estruturação da equipe de uma empresa parceira. Tratam-se de empresas de grande e médio porte que podem ter acesso ao serviço de maneira gratuita.

Em seguida, Sabrina apresentou o Programa Operação Trabalho - POT como um programa antigo que está passando por uma reestruturação para garantir melhorias e aperfeiçoamento, a assessora avaliou que a ampliação do número de bolsas fez parte da qualificação do programa. Em 2023, eram cerca de 14 mil bolsistas ativos no POT do município em um dos 17 projetos que visam qualificação e inserção profissional. Um outro perfil do programa é atrelar a bolsa com o aumento do nível de escolaridade, uma parceria feita com a Educação.

O POT é executado a partir de gerenciadoras, organizações sociais que ficam com a responsabilidade de administrar o projeto e acompanhar os bolsistas no dia-a-dia, ademais, são as gerenciadoras que contratam equipes interdisciplinares para o acompanhamento das equipes e funcionários contratados. Também nesse sentido, o POT está muito atrelado à qualificação, um momento preparatório para o mercado de trabalho, responsabilidade das oficinas realizadas pelas gerenciadoras. Outros papéis das gerenciadoras: gerenciamento das folhas de ponto, disponibilidade de equipes multidisciplinar, acolhimento, gestão dos centros de qualificação, planejamento do quadro técnico, localização da atuação dos beneficiários, fornecimento de uniforme e EPI's, acompanhamento e monitoramento do progresso do beneficiário e auxílio e supervisão pós encaminhamento para uma vaga de trabalho formal. O pagamento é feito com base nas frequências.

Em relação à participação, um dos principais critérios é o da vulnerabilidade visualizada a partir da renda familiar, assim, no município, é grande o público de beneficiários do POT que estão ou estavam em situação de rua. E lembrou: é temporário, as pessoas podem ficar até 24 meses no programa. Além disso, o valor da bolsa varia entre

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

os horários de 4 ou 6 horas, o primeiro tem auxílio de R\$ 923,95 enquanto o segundo tem auxílio de R\$ 1386,00.

Sobre os centros de qualificação do POT, Sabrina explicou que são espaços novos que dão suporte ao beneficiário, ofertando as palestras, aulas e lugares de atendimento e dinâmicas de grupos.

A sra. Marina Drummond questionou sobre as 4 mil vagas que, atualmente, estão em déficit no POT. Sabrina respondeu que está sendo feita a inclusão gradativa e que um dos públicos prioritários é a população em situação de rua, além disso, apresentou a necessidade de demais articulações com outras secretarias para que as vagas sejam preenchidas e outras questões de alinhamento de plano de trabalho.

A sra. Helen Baum reforçou a importância do trabalho multidisciplinar ao relatar o exemplo de uma amiga que necessitou de acolhimento amplo para exercer o trabalho que conseguiu em uma empresa privada.

O sr. Audrey perguntou se é possível fazer novos projetos para a inclusão de outras vagas específicas ou dentro das já existentes para egressos. Sabrina respondeu que é possível a criação de projetos novos, mas que podemos agendar uma conversa para pensar na inclusão de pessoas egressas nas vagas disponíveis ou se será mais adequado pensar e desenhar algo novo. Audrey também perguntou se, em relação ao CATE, há a possibilidade de informar sobre a demanda de pessoas egressas e direcioná-las para as vagas disponíveis com as empresas já sabendo que tratam-se de pessoas egressas, isso veio a partir da fala de que pessoas egressas passam por todas as etapas de um processo seletivo mas acabam sendo barradas quando, ao consultar o CPF, as empresas descobrem que têm histórico no sistema prisional.

Em complemento, alguém respondeu que as empresas não podem consultar

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

antecedentes criminais, embora muitas façam, citando que existe inclusive uma lei que impede a não contratação por conta de antecedentes criminais.

Sabrina citou um encontro da Secretária Aline e da Secretária Soninha com representantes de mais de 70 empresas para sensibilizar e falar sobre a questão da preparação das pessoas que são beneficiárias do POT, iluminando que existe interesse por parte da política pública de acabar com esse estigma.

A sra. Alice questionou sobre os desafios de inclusão de pessoas egressas que enfrentaram longos períodos em privação de liberdade e que iniciam a vida profissional com idade mais avançada. A representante de SMDET respondeu que os esforços devem ser somados às entidades presentes no GT, inclusive a SMDHC, sobre projetos específicos para a população egressa. Diz que todos os beneficiários são acompanhados por educadores e psicólogos, e que compreende a importância das especificidades.

A sra. **Ivete Belfort** (Palavra de Paz) relatou que a organização na qual ela faz parte, realizou programas com 60% das unidades prisionais e que 10% das pessoas do POT são egressas do sistema prisional, segundo dados internos da OSC. Também revelou que sonha em ter um POT específico para a população egressa e traz como proposta oferecer a organização dela à disposição. Posteriormente, Ivete falou do trabalho de acompanhamento das pessoas atendidas, dizendo que é um grande trabalho que envolve escuta ativa, inclusive com pessoas em situação de rua e, diante disso, possuem uma boa e ampla experiência. Diz que demandam da ajuda de SMDET para que as ações sejam concretizadas.

Em seguida, Sabrina disse que podemos falar sobre a proposta, construir um plano de trabalho, pensar numa agenda específica com entre as duas secretarias (SMDET e SMDHC) para fazer acontecer o direcionamento de vagas específicas para a população egressa no POT. Adicionou na sua fala os dados sobre o “Bolsa Jovem”, que possui 5 mil

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

vagas disponíveis com bolsas no valor de R\$ 683,10 por mês, sendo exclusivo para jovens inscritos.

A sra. Marina Drummond falou que identifica algumas dificuldades relacionadas ao POT e a inclusão de pessoas em situação de rua e a partir disso sugeriu direcionamento das pessoas que saem do POT para vagas de trabalho ao mesmo tempo em que perguntou se isso acontece, além disso, afirmou que foi positiva a experiência do acompanhamento e avaliação periódica (semestralmente). Em resposta, Sabrina disse que Marina acompanhou um momento específico de contratação das gerenciadoras para que fosse iniciado o acompanhamento das pessoas beneficiárias e ressaltou que o programa passou por muitas mudanças e melhorias. Em relação ao encaminhamento para vagas fixas, Sabrina afirmou que isso é feito com o CATE.

A sra. **Juliane Arcanjo** (ITTC) se apresentou como representante do ITTC, que trabalha com pessoas migrantes sobreviventes do cárcere e perguntou a Sabrina se pessoas migrantes costumam buscar os CATE's e se, na verdade, elas podem ir a esses equipamentos para que as vagas sejam apresentadas e preenchidas ou se existe um programa específico com 100% das vagas destinadas a este público. Em resposta, Maria Lúcia respondeu que migrantes egressos estão mais na região da Zona Oeste, indicando as principais unidades. Adicionou ainda que existe um projeto de POT para inserção da população migrante, algo que ainda está em análise. Além disso, reafirmou que existem vagas destinadas e que são ocupadas por migrantes.

Em seguida, Mary Jello pontuou que é importante fomentar a inclusão digital para o público egresso que está ingressando no mercado de trabalho. Assim, a carteira digital é um problema. Em resposta, Maria Lúcia respondeu que o CATE direciona e abre a carteira digital com o CPF. Adicionou também uma informação importante: não é mais necessário agendar

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e
Familiares**

atendimento no CATE, apenas nas unidades do Descomplica que é necessário atendimento.

Por fim, uma pessoa pontuou novamente sobre a questão da pena multa e a barreira que ela significa para a pessoa egressa que está tirando seus documentos e/ou arranhou um emprego.

Sem encaminhamentos, a reunião foi encerrada.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

4ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

ANEXO 1

Lista de siglas

CNR - Consultório na Rua;
CT - Coordenadoria do Trabalho;
CAB - Coordenadoria Atenção Básica;
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
SMDDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
CATE – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo;
SMS - Secretaria Municipal da Saúde;
SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;
SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;
CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;
CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
NPJ - Núcleo de Proteção Jurídica;
EMC - Espaço Memória Carandiru
SEABEVS - Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa